



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANTAGALO
Confiança, honestidade e trabalho



Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal - IPAM
Concurso Público

PROCURADOR

Data: 23/05/2010
Duração: 5 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e a questão da Prova Discursiva.

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Discursiva
01 a 10	11 a 20	21 a 50	01

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B		D	E
---	---	--	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, para julgamento posterior, podendo acarretar a eliminação do candidato.

Somente faltando 1 hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda às questões de nº 01 a 10.

POBREZA MATA, ESCOLA SALVA

Ser miserável ou indigente é "morrer" aos poucos todos os dias. A pobreza mata. A pobreza esfacela famílias. Em moradias marcadas pela pobreza é possível perceber até uma certa banalização da morte. Para quem "morre" um pouco todos os dias, o fim definitivo, infelizmente, pode ser encarado como desdobramento do cotidiano.

Um marido que espanca sua mulher ou companheira "morre" como marido. Se uma mãe manda a filha para a exploração sexual, ela "morrerá" como mãe. A mãe que deixa de levar o filho à escola, porque pensa que ele poderá ser mais útil à família trabalhando nas ruas ou em atividades irregulares, também "morre" como mãe, porque está comprometendo o futuro do filho. E um pai que abusa sexualmente de seus filhos? Este "morre" como pai, definitivamente.

São essas "mortes" diárias que vão construindo e consolidando cada vez mais miséria e pobreza.

É hora de banir a miséria da história brasileira. Não podemos e nem temos mais condições éticas de apenas fazer a gestão diária da pobreza. Precisamos dar um salto e dizer ao país que não aceitaremos que a indigência e a miséria passem de geração para geração, como heranças macabras.

Se for eleita a aliança da educação com a proteção social será possível acabar com os "assassinatos simbólicos" que acontecem nas famílias em consequência da pobreza. O caminho para mudar esta realidade é a escola. É lá, sem dúvida, que se fará uma revolução na vida das famílias em desconstrução.

A escola deve ensinar, mas também proteger. Além de aplicar provas e cobrar frequência, é preciso que a instituição observe com atenção as reais condições da vida de seus alunos e que passe a construir soluções por meio das políticas públicas de saúde, assistência social, habitação, cultura e outras tantas.

Um país como o nosso pode, e deve, ter uma escola que agregue educação e proteção social para salvar vidas, vínculos familiares e comunitários. Uma escola com professores, assistentes sociais, sociólogos, psicólogos e até mesmo arquitetos para garantir melhorias nas precárias moradias dos alunos e de suas famílias.

Se não estivermos convictos de que vivemos uma imensa urgência social, nossos braços se cruzarão naturalmente. Acontece que tem gente querendo viver. E o Brasil precisa agir.

(Marcelo Garcia, O Globo, 8 de março de 2010, adaptado)

01. Pode-se considerar que o título do texto apresenta ideias:

- A) paralelas
- B) opostas
- C) singulares
- D) complementares
- E) convergentes

02. O verbo "morrer" (l. 1), no primeiro período do texto, está grafado entre aspas por se tratar de:

- A) expressão de ironia
- B) expressão denotativa
- C) expressão conotativa
- D) expressão de realce
- E) expressão explicativa

03. A expressão "desdobramento do cotidiano" (l. 5), segundo o contexto, significa:

- A) seguimento imprevisto
- B) divisão de cotas
- C) desenvolvimento natural
- D) cotização de esforços
- E) fracionamento habitual

04. Em "...e nem temos mais condições éticas de apenas fazer a gestão diária da pobreza." (l. 16/17), a expressão em destaque significa:

- A) gerar condições diárias de acesso a informações sobre os pobres
- B) produzir no cotidiano movimentos reivindicatórios
- C) elaborar no dia a dia projetos para o futuro dos pobres
- D) mostrar a cada dia uma nova face da miséria
- E) administrar a pobreza no dia a dia, sem erradicá-la

05. Para manter a coerência textual, no 2º parágrafo o autor utiliza como recurso argumentativo:

- A) a contraposição de ideias
- B) os dados de pesquisa
- C) a elucidação através de exemplos
- D) a citação de outros autores
- E) a dispensa de adjetivação

06. Há emprego de expressão expletiva ou de realce no segmento:

- A) "Ser miserável ou indigente é 'morrer' aos poucos todos os dias." (l. 1)
- B) "A pobreza esfacela famílias." (l. 2)
- C) "Em moradias marcadas pela pobreza é possível perceber até uma certa banalização da morte." (l. 3/4)
- D) "São essas 'mortes' diárias que vão construindo e consolidando cada vez mais miséria e pobreza." (l. 13/14)
- E) "É hora de banir a miséria da história brasileira" (l. 15)

07. Em "...como heranças macabras" (l. 19), a palavra em destaque tem valor semântico de comparação, assim como no segmento:

- A) "'morre' como marido" (l. 6/7)
- B) "'morrerá' como mãe" (l. 8)
- C) "'morre' como mãe" (l. 10)
- D) "'morre' como pai" (l. 12)
- E) "...país como o nosso" (l. 30)

08. O uso da(s) vírgula(s) tem por finalidade realçar a ideia expressa no segmento:

- A) "...dias, o fim definitivo, infelizmente..." (l. 4)
- B) "...para a exploração sexual, ela morrerá como mãe." (l. 7/8)
- C) "...levar o filho à escola, porque pensa que ele..." (l. 8/9)
- D) "Um país como o nosso pode, e deve, ter uma escola..." (l. 30)
- E) "...com professores, assistentes sociais, sociólogos..." (l. 32)

09. Em "A escola deve ensinar, mas também proteger" (l. 25), a expressão em destaque tem valor semântico de:

- A) oposição
- B) adição
- C) conclusão
- D) explicação
- E) alternância

10. A palavra que não é acentuada pelo mesmo motivo que "família" é:

- A) miséria
- B) diárias
- C) história
- D) possível
- E) indigência

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O povoamento do território correspondente ao Município de Cantagalo, iniciado em meados do século XVIII, foi motivado:

- A) pela febre do ouro
- B) pela expansão da economia algodoeira
- C) pelo progresso da indústria açucareira
- D) pela prosperidade da indústria agropecuária
- E) pela ascensão do café

12. Uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Município de Cantagalo é a pecuária, destacando-se a produção de leite. O distrito que concentra a maior parte da referida produção é:

- A) Euclidelândia
- B) Santa Rita da Floresta
- C) Cantagalo
- D) São Sebastião do Paraíba
- E) Boa Sorte

13. O Município de Cantagalo abrange uma área de:

- A) 219,3 Km²
- B) 519,3 Km²
- C) 419,3 Km²
- D) 919,3 Km²
- E) 719,3 Km²

14. Atualmente, o principal produto agrícola do Município de Cantagalo é:

- A) o milho
- B) a batata
- C) o arroz
- D) a mamona
- E) o quiabo

15. De acordo com o artigo 58 da *Lei Orgânica do Município de Cantagalo*, compete ao Prefeito, dentre outras atribuições:

- A) fixar, através de decreto de sua iniciativa, os subsídios do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais
- B) criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal
- C) contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara Municipal
- D) sustar os atos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar, procedendo à anulação de seus efeitos
- E) outorgar títulos e honrarias a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município

16. O artigo 226 da *Lei Orgânica do Município de Cantagalo* autoriza a criação do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, destinado à implementação de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente. A administração do referido fundo caberá:

- A) à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Municipal
- B) ao Conselho Municipal de Meio Ambiente
- C) à Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- D) à Associação Civil Pública de Proteção Ambiental
- E) ao Departamento de Controle Urbano do Estado

17. Segundo o artigo 247 da *Lei Orgânica do Município de Cantagalo*, as instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio. Terão preferência:

- A) as autarquias sediadas no Município
- B) as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
- C) as empresas brasileiras de capital estrangeiro
- D) os estabelecimentos subvencionados pela União
- E) as sociedades de economia mista

18. De acordo com o artigo 53 do *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais*, o servidor público será **compulsoriamente** aposentado:

- A) aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher, com proventos integrais
- B) aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- C) aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- D) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, com proventos integrais
- E) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

19. Segundo o artigo 53 do *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais*, o servidor público que retornar à atividade após a cessação dos motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez terá direito, para todos os fins, à contagem do tempo relativo ao período de afastamento, salvo para o efeito de:

- A) aposentadoria
- B) benefício previdenciário
- C) pensão
- D) remuneração
- E) promoção

20. De acordo com o artigo 150 do *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais*, a seguinte penalidade disciplinar será aplicada em caso de improbidade administrativa:

- A) advertência
- B) repreensão
- C) multa
- D) demissão
- E) suspensão

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início:

- A) no Congresso Nacional
- B) no Senado Federal
- C) na Câmara dos Deputados
- D) na Comissão Mista de Deputados e Senadores
- E) na Comissão Mista do Congresso Nacional

22. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- A) do Presidente da República
- B) de um terço, no máximo, dos membros da Câmara dos deputados ou do Senado Federal
- C) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros
- D) do Procurador Geral da República, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal
- E) de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, através de proposta apresentada à Câmara dos Deputados

23. Se o Congresso Nacional resolver atribuir delegação ao Presidente da República para que ele legisle, o fará por meio de:

- A) Lei Complementar
- B) Decreto Legislativo
- C) Medida Provisória
- D) Regulamento
- E) Resolução

24. Dentre as atribuições típicas do Presidente da República como Chefe de Estado, podem-se citar:

- A) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos
- B) exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal
- C) iniciar processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição
- D) nomear e exonerar os Ministros de Estado
- E) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução

25. A consequência jurídica hodierna para o magistrado que procrastinar na duração razoável do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação é a seguinte:

- A) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver os autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- B) Será removido por ato de interesse público, assegurado o devido processo legal com a ampla defesa e o contraditório.
- C) Não será removido o juiz, mas apenas será colocado em disponibilidade se a decisão for por voto de maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- D) O juiz monocrático só será promovido no período de deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- E) Não será inamovível, salvo deliberação do Tribunal e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

26. No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no Art. 150, III, b, da CRFB/88, poderá a União instituir empréstimo compulsório mediante:

- A) Lei Delegada
- B) Resolução
- C) Lei Ordinária
- D) Medida Provisória
- E) Lei Complementar

27. O imposto de renda e os proventos de qualquer natureza serão informados na forma da lei pelo critério da:

- A) Essencialidade
- B) Generalidade
- C) Seletividade
- D) Regressividade
- E) Mutabilidade

28. Os lançamentos relativos aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, e que são operados pelo ato em que a referida autoridade toma conhecimento da atividade assim exercida expressamente pelo obrigado, são denominados:

- A) homologações
- B) declarações
- C) ofícios
- D) diretos
- E) arbitrados

29. A atividade administrativa de lançamento, sob pena de responsabilidade funcional, é:

- A) discricionária e vedativa
- B) discricionária e facultativa
- C) vinculada e obrigatória
- D) vinculada e permissiva
- E) facultativa e permissiva

30. A imunidade instituída e mantida pelo poder público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, é extensiva às:

- A) entidades de apoio e organizações não governamentais
- B) sociedades de economia mista e empresas públicas
- C) permissionárias e concessionárias de serviço público
- D) prestadoras de serviço social autônomo
- E) autarquias e as fundações

31. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas algumas regras, dentre as quais não se inclui:

- A) Em primeiro lugar, imputam-se os débitos por obrigação própria e, em segundo lugar, os decorrentes de responsabilidade tributária.
- B) Primeiramente, imputam-se as contribuições de melhoria, depois, as taxas e, por fim, os impostos.
- C) A imputação obedece à ordem decrescente dos prazos de prescrição.
- D) A imputação obedece à ordem decrescente dos montantes.
- E) A imputação obedece à ordem crescente dos débitos.

32. Os Tribunais Regionais do Trabalho, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários, instalarão:

- A) Câmaras Regionais
- B) Justiça Itinerante
- C) Juntas Trabalhistas
- D) Varas do Trabalho
- E) Juntas de Conciliação

33. É assegurada a eleição de um representante, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, nas empresas com mais de:

- A) 200 empregados
- B) 300 empregados
- C) 400 empregados
- D) 500 empregados
- E) 100 empregados.

34. De acordo com o Art. 790 A da CLT, são isentos do pagamento de custas à Justiça do Trabalho, além dos beneficiários de Justiça Gratuita, os(as):

- A) autarquias
- B) sociedades de economia mista
- C) empresas públicas
- D) sindicatos
- E) empresas privadas

35. Quando o ato processual é capaz de inviabilizar o seu reconhecimento por quem o examina, tendo em vista carecer de elemento mínimo de formação, será ele considerado:

- A) inoperante
- B) inválido
- C) ineficaz
- D) inexecutável
- E) inexistente

36. No que concerne à prescrição intercorrente em matéria de execução fiscal, é correto afirmar que:

- A) O seu reconhecimento depende da oitiva prévia da Fazenda Pública.
- B) Convalida-se ante o decurso do lapso temporal de 03 (três) anos.
- C) Não pode ser suscitada em sede de exceção de pré-executividade.
- D) Deve ser arguida pela parte interessada, em qualquer grau de jurisdição.
- E) Só pode ser decretada após formalizada a relação processual.

37. Considerando o instituto da nomeação à autoria, a alternativa que se relaciona com o referido fenômeno processual é:

- A) Resguarda o direito de regresso daquele que estiver obrigado a indenizar o réu.
- B) É admissível em face dos outros fiadores, quando para ação for citado apenas um deles.
- C) A ausência de "dupla concordância" importará na abertura de novo prazo para contestar.
- D) Assegura o direito de terceiro que possui interesse jurídico no deslinde da causa.
- E) Ocorre quando houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.

38. No que se refere aos privilégios processuais que são reconhecidos pela lei e pela jurisprudência em favor das pessoas jurídicas de direito público, é correto afirmar que:

- A) Possuem, via de regra, prazo em dobro para contestar.
- B) Não se aplicam a essas pessoas os efeitos da revelia.
- C) O prazo para recorrer é computado em quádruplo.
- D) A pessoa é isenta do pagamento de honorários de sucumbência.
- E) O direito de propor ação rescisória se extingue no prazo de 4 anos.

39. Na hipótese de o órgão fracionário do Tribunal Estadual acolher a tese recursal de arguição de inconstitucionalidades da norma jurídica em que se funda a pretensão autoral, será(ão) adotada(s) a(s) seguinte(s) providência(s) processual(ais):

- A) acolhimento da prejudicial, com conseqüente julgamento de improcedência do pedido
- B) declaração de inconstitucionalidade em controle difuso e repressivo
- C) decisão declaratória de inconstitucionalidade pelo método concentrado
- D) lavratura de acórdão, cisão funcional do julgamento e remessa da questão ao Tribunal Pleno
- E) extinção do feito sem exame do mérito e remessa da questão para o Órgão Especial do Tribunal

40. Considerando as fundações que são reguladas pelo Código Civil, a alternativa que a elas se aplica é:

- A) Não poderão ser constituídas para fins religiosos em razão da liberdade de crença.
- B) Podem desenvolver atividades culturais, econômicas, religiosas e assistenciais.
- C) Sofrem controle financeiro por parte dos Tribunais de Contas respectivos.
- D) Seus bens móveis e imóveis são considerados imprescritíveis para todos os fins.
- E) As situadas no Distrito Federal são fiscalizadas pelo Ministério Público Federal.

41. Compreendem pessoas jurídicas de direito público interno as:

- A) fundações públicas previstas no art. 5º, IV, do Decreto-lei 200/67
- B) associações públicas criadas com base na Lei 11.107/05
- C) organizações sociais tratadas pela Lei 9.637/98
- D) sociedades de propósito específico que surgem por força do art. 9º da Lei 11.079/04
- E) organizações da sociedade civil de interesse público reguladas na Lei 9.790/99

42. O contrato que exige a efetiva *traditio* do objeto para que sua formação se concretize no mundo jurídico é classificado como:

- A) continuado
- B) formal
- C) consensual
- D) real
- E) consumado

43. Uma figura contratual classificada como pacto de natureza aleatória é:

- A) a venda *emptio spei*
- B) a promessa de fato de terceiro
- C) o pacto comissório expresso
- D) o contrato com pessoa a declarar
- E) o pacto de retrovenda

44. Quando alguém que exerce a posse da coisa em nome alheio passa a exercê-la em nome próprio, em razão da sua aquisição, está-se diante do fenômeno denominado:

- A) tradição de longa mão
- B) constituto possessório
- C) traditio brevi manu
- D) retrocessão
- E) pacto estimatório

45. A variabilidade ou dispensa de capital social e a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros, estranhos ao corpo societário, constituem características da uma sociedade:

- A) subsidiada
- B) em nome coletivo
- C) comanditária
- D) controlada
- E) cooperativa

46. Tendo em vista a posição doutrinária que leva em conta a finalidade imediata a que se destinam e o objeto que encerram, os decretos, as licenças e as circulares são espécies de atos administrativos considerados, respectivamente:

- A) ordinatórios, enunciativos e normativos
- B) enunciativos, ordinatórios e sancionatórios
- C) normativos, negociais e ordinatórios
- D) negociais, enunciativos e regulamentares
- E) punitivos, constitutivos, ordinatórios

47. Dentre as hipóteses a seguir arroladas, aquela que se destaca por consubstanciar forma de intervenção do Estado na propriedade que é denominada limitação administrativa é:

- A) o direito de preempção previsto no art. 25 da Lei 10.257/01
- B) edificação de benfeitorias em terreno de Marinha
- C) passagem de fios elétricos sobre a propriedade particular
- D) utilização de escolas particulares em período de eleição
- E) uso da propriedade particular em razão de perigo público iminente

48. A modalidade de licitação que se destaca das demais, porquanto o seu rito procedimental é conduzido por uma pessoa física, que terá equipe de apoio, além do fato de se utilizar obrigatoriamente do tipo de menor preço, é:

- A) leilão
- B) convite
- C) concurso
- D) pregão
- E) concorrência

49. A forma de extinção da concessão de serviço público que se funda no inadimplemento praticado pela empresa concessionária recebe legalmente o nome de:

- A) encampação
- B) caducidade
- C) contraposição
- D) rescisão
- E) anulação

50. A medida estatal de ordem genérica que reflete, de forma indireta ou reflexa, sobre o contrato administrativo, tornando excessivamente onerosa a execução do ajuste, de forma a possibilitar a revisão do pacto, é chamada de:

- A) fato do príncipe
- B) interferências imprevistas
- C) fato da administração
- D) força maior
- E) caso fortuito

PROVA DISCURSIVA

Um determinado bem público imóvel, no qual funcionava uma escola pública municipal de Cantagalo, teve a sua estrutura física comprometida em razão das fortes chuvas que caíram sobre o município, situação que exigiu a completa desativação do prédio, com a consequente transferência do serviço para outra localidade. O estado de calamidade pública provocou vários prejuízos, de forma que a urbe local precisou contrair empréstimo junto a uma instituição bancária para realizar as obras necessárias à reconstrução da cidade. Como garantia da dívida, o ente público ofereceu, em hipoteca, o bem imóvel desativado por força da catástrofe.

Analise a questão à luz das normas que regulam o tema em discussão, **responda e discorra** justificadamente sobre os critérios apresentados no quadro abaixo.

(utilize vinte a trinta linhas)

GRADE DE AVALIAÇÃO

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A classificação dos bens públicos quanto a sua utilização, situando, dentro do referido contexto, o bem objeto do caso exposto;	0 a 10 pontos
O tipo de fenômeno que determinou a preposição do imóvel à categoria indicada;	0 a 10 pontos
É cabível a incidência de hipoteca sobre o bem público? Explique porque.	0 a 10 pontos
Clareza, coesão e coerência	0 a 5 pontos
Correção gramatical	0 a 5 pontos
Pontuação Máxima	40 pontos

05

10

15

20

25

30

RASCUNHO